

DATA-BASE DE 2013

Colegas associados

No mês de maio – data-base dos servidores da Prefeitura – as negociações entre o governo e as entidades sindicais dos servidores devem ocorrer e ser concluídas. Devem ser negociados os itens relativos à revisão geral anual da remuneração de todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas, conforme estabelece a Constituição Federal; as perdas salariais, aumento real, planos de cargos e carreiras, benefícios, assistência à saúde e condições de trabalho.

Encerradas as negociações, com ou sem acordo, o índice de reajuste geral ou para cargos específicos, alterações em planos de cargos e carreiras, criação de cargos, benefícios e vantagens devem ser encaminhados na forma de Projeto de Lei, para aprovação pela Câmara Municipal, nos termos enviados pelo prefeito ou modificados pelos vereadores.

Apesar da determinação da Constituição Federal, desde 2003 os governos municipais de São Paulo têm aplicado o ínfimo índice de 0,01% como revisão geral anual dos servidores.

SINPEEM CONQUISTOU INCORPORAÇÕES QUE RESULTARAM ÍNDICES MAIORES, MAS JAMAIS DEIXOU DE REIVINDICAR A REVISÃO GERAL ANUAL NA DATA-BASE

O SINPEEM, por meio das lutas e negociações que realizou, com a política de elevação dos pisos e incorporação dos abonos conquistou índices que ficaram além do percentual concedido aos demais servidores públicos, a título de revisão geral anual, como se pode verificar, na tabela ao lado, mas jamais aceitamos esta política de aplicação de 0,01%, somente para os governos demonstrarem que cumprem a Constituição.

MÊS/ANO	ÍNDICE CONQUISTADO PELO SINPEEM SOBRE OS PADRÕES DO QPE	ÍNDICE APLICADO NA DATA BASE PARA TODOS OS SERVIDORES	INFLAÇÃO ANUAL
MAIO DE 2008	20%	0,01%	4,51%
MAIO DE 2009	8,75%	0,01%	6,05%
MAIO DE 2010	8,75%	0,01%	5,05%
MAIO DE 2011	10,19%	_____	6,55%
MAIO DE 2012	10,19%	_____	4,61%
MAIO DE 2013	10,19%	_____	5,6%
MAIO DE 2014	13,43%	_____	_____

Observação: os índices relativos à revisão geral de 2011 e 2012, para o qual o prefeito encaminhou Projeto de Lei com 0,01%, ainda se encontram na Câmara, onde há um PL Substitutivo reivindicado pelos sindicatos.

ENTIDADES APRESENTAM PAUTA COMUM PARA A DATA-BASE DE 2013

Sem renunciar às suas reivindicações específicas, todas as entidades sindicais de servidores municipais, com o objetivo de aumentar a pressão sobre o governo e obter revisão geral da remuneração para todos os servidores ativos, aposentados (com e sem paridade) e pensionistas, concordaram em apresentar uma pauta unificada de reivindicações com os seguintes itens:

- 1 - revisão geral anual da remuneração nos seguintes termos e percentuais:
 - a) 6,55%, relativo à revisão geral e retroativo a maio de 2011;
 - b) 4,61% referente à revisão geral e retroativo a maio de 2012;
 - c) 5,6% relativo à revisão geral da data-base de 2013;
- 2 - cálculo e reposição de perdas salariais desde 2003;

- 3 - alteração da lei salarial para que as despesas com pessoal possam alcançar até 54% das receitas correntes líquidas da Prefeitura;
- 4 - fim das terceirizações e contratos de parcerias;
- 5 - realização de concursos para todos os cargos vagos da Prefeitura.

ENTIDADES REJEITAM PROPOSTA APRESENTADAS PELO GOVERNO

Até agora, foram realizadas quatro reuniões de negociações, tendo em vista a data-base dos servidores municipais. Na primeira delas, participou o prefeito Haddad e os secretários da Educação, da Saúde, Gestão e Planejamento e de relações institucionais de governo.

Das demais, participaram os representantes de cada uma das Secretarias acima, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

GOVERNO HADDAD AFIRMA QUE GOVERNA COM ORÇAMENTO APROVADO NA GESTÃO ANTERIOR PARA JUSTIFICAR NEGATIVA EM ATENDER ÀS REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES

Na última reunião realizada entre o governo e as entidades no dia 22/04, apesar de todos os argumentos que apresentamos em defesa das nossas reivindicações, o governo em quase nada avançou, comparado ao que havia dito, nas reuniões anteriores quanto à sua disposição em negociar. Apresentou valores irrisórios para complemento de piso para o agente de apoio e para os AGPPS da Prefeitura.

Hoje, um agente de apoio, integrante do Quadro do Pessoal do Nível Básico da Prefeitura, tem padrão de vencimento de R\$ 440,39. Recebe, a título de gratificação, mais R\$ 308,27. Portanto,

tem piso de R\$ 748,66. Para este agente, a Prefeitura propôs acrescentar R\$ 151,34, fixando o piso em R\$ 900,00.

O agente de políticas públicas (AGPP) tem atualmente seu padrão inicial com valor de R\$ 645,74. Recebe, a título de gratificação, R\$ 452,01. Portanto, piso com valor R\$ 1.097,75. Para este cargo, o governo propôs acrescentar R\$ 2,25, elevando o piso para R\$ 1.100,00.

REVISÃO GERAL ANUAL E REPOSIÇÃO NÃO SÃO ATENDIDAS

Alegando que a Prefeitura possui dificuldades orçamentárias e que o prefeito herdou um orçamento com receitas superestimadas, os representantes do governo afirmaram ser impossível atender às reivindicações quanto aos índices relativos às revisões gerais de 2011, 2012 e 2013. A mesma resposta foi dada para os outros itens, como reposição e aumento real.

Com esta resposta, em maio os profissionais de educação terão somente os 10,19% que conquistamos anteriormente, mas, assim como os demais servidores, não terão os índices que reivindicamos como revisão geral anual.

ENTIDADES RECUSAM PROPOSTA E ARGUMENTOS DO GOVERNO E EXIGEM ATENDIMENTO DAS REIVINDICAÇÕES

Nenhuma entidade aceitou a proposta e os argumentos do governo. E não poderia ser diferente. O mesmo governo que afirma que não tem recursos cria centenas de cargos de confiança com altos salários, descongela e nomeia outros tantos cargos de confiança.

Diante da recusa das entidades, nova rodada de negociação, foi marcada para o próximo dia 25 de abril. A última reunião, que queremos que seja conclusiva, ocorrerá no dia 29 de abril. Data em que o SINPEEM realizará paralisação, manifestação e assembleia para avaliar a resposta do governo e o que faremos.

SINPEEM COBRA NEGOCIAÇÃO DOS DEMAIS ITENS DE SUA Pauta COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Na pauta que entregamos ao governo constam itens relativos à organização do ensino fundamental com duração de nove anos e seus efeitos, derrubada do veto ao Substitutivo do PL nº 310/12, redução da quantidade de alunos por classe/agrupamento/turma, mudanças nos critérios para evolução funcional do quadro de apoio, acréscimo de referências às tabelas de vencimentos, descentralização de matrículas, formação de salas de EJA, pagamento do PDE, mudança da denominação do cargo de agente escolar, integração do agente de apoio ao QPE, fixação do QPE-06A como referência inicial do cargo de ATE, reorganização do quadro e carreira do quadro de apoio, redução do interstício de tempo para enquadramento por evolução funcional, investimento em formação profissional, melhorias nas estruturais e logísticas das escolas, redução da jornada de trabalho para o pessoal do apoio e gestores, entre outras que constam do ofício que entregamos e em nossos meios de divulgação.

Apesar de já termos entregado a pauta há algum tempo, não houve negociação. Notícias sobre avaliação, Prova São Paulo, adoção do Ideb para cálculo do valor do PDE, programas de SME, são veiculadas pela imprensa, sem qualquer comunicação e discussão com a categoria.

O SINPEEM tem reivindicado negociação e decisão sobre as condições de trabalho e de todos os itens da pauta.

SINPEEM CONVOCA MANIFESTAÇÃO E PARALISAÇÃO PARA PRESSIONAR POR MELHORIA DA ESCOLA PÚBLICA, MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E ATENDIMENTO ÀS DEMAIS REIVINDICAÇÕES

Diante das decisões tomadas pelo governo até agora, entre elas o veto aos artigos da Lei que também criava as duas referências, garantia de

melhorias para o agente escolar, agente de apoio, ATEs e aposentados; a recusa em atender às reivindicações apresentadas pelas entidades, a intensificação do processo de terceirização dos serviços e parcerias público-privadas, os associados ao SINPEEM, participantes das reuniões de representantes sindicais e do Conselho Geral, concordaram com a proposta apresentada pela Diretoria do SINPEEM e aprovaram o seguinte calendário de lutas, além do ato de 24 de abril:

24 A 26 DE ABRIL - DISCUSSÃO E ORGANIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES NAS ATIVIDADES DE LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS E REIVINDICAÇÕES

29 DE ABRIL, ÀS 14h - PARALISAÇÃO, MANIFESTAÇÃO E ASSEMBLEIA – EM FRENTE AO GABINETE DO PREFEITO (VIADUTO DO CHÁ – CENTRO).

JUNTOS, SOMOS FORTES!

A DIRETORIA

CLAUDIO FONSECA

Presidente

